
ARTIGO**PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS BIBLIOTECÁRIOS: UMA ABORDAGEM NOS SISTEMAS DE BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS¹****César dos Santos Moreira²
Alcenir Soares dos Reis****RESUMO**

Discute-se nesse artigo as práticas educativas do bibliotecário no âmbito das bibliotecas dos Institutos Federais que contribuem com o processo de ensino-aprendizagem escolar. Com esse intuito, foram verificados os sistemas de bibliotecas formalmente instituídos no âmbito dos Institutos Federais, com a finalidade de identificar as atividades educativas desenvolvidas para orientação dos usuários, bem como foi realizada uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia com o objetivo de identificar as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Institutos Federais que abordam a temática, no período entre 2009 a 2017. Os dados obtidos evidenciam que as práticas educativas são compostas por atividades já consagradas no âmbito das bibliotecas, porém não se sabe como são desenvolvidas e sua efetividade no processo de aprendizagem. Em relação às pesquisas é possível dizer que ainda são incipientes no contexto dos Institutos Federais, o que requer uma sensibilização de pesquisadores para esse campo de investigação, principalmente, dos bibliotecários.

Palavras-chave: Bibliotecas. Bibliotecários. Práticas educativas. Institutos Federais.

1 INTRODUÇÃO

A emergência de novas tecnologias aliada às mudanças ambientais acarreta impactos significativos à vida dos sujeitos, fatos que compelem a todos a atuar com eficiência, criatividade e dinamismo nesse ambiente de instabilidades e constantes transformações. Esse contexto de novas exigências e requerimentos também demanda por mudanças no campo da educação.

A educação profissional, instância de formação dos sujeitos para o trabalho, também é afetada significativamente, haja vista as marcas do movimento social ao longo da sua trajetória no contexto brasileiro. História essa marcada por sucessos, dilemas e desafios, e na qual se apresenta a marca das questões que evidenciam uma formação que prepara as elites e outra que forma a classe trabalhadora.

¹ **Como citar este artigo:** MOREIRA, César dos Santos; REIS, Alcenir Soares dos. **Práticas educativas dos bibliotecários: uma abordagem nos sistemas de bibliotecas dos institutos federais.** ForScience: revista científica do IFMG, Formiga, v.6, n.3, e00473, jul./dez. 2018.

² **Autor para correspondência:** César dos Santos Moreira, IFMG, e-mail: cesar.moreira@ifmg.edu.br

A biblioteca não é isenta nesse processo, principalmente, no campo da educação profissional, visto que sua origem se confunde com a historicidade das instituições atuantes neste nível de ensino. O que é importante à biblioteca e ao bibliotecário hoje é atender as necessidades de aprendizagem dos sujeitos nesse ambiente de mudanças, bem como compreender e incorporar os objetivos e finalidade da escola, trabalhando de forma integrada na consecução do projeto educativo escolar.

Assim, no presente artigo são abordadas as práticas educativas do bibliotecário no âmbito dos sistemas de bibliotecas dos Institutos Federais (IFs). Essa discussão é importante porque contribui para o conhecimento do papel da biblioteca e do bibliotecário no campo da educação profissional, principalmente, no contexto *multicampi* dos IFs, caracterizado pela diversidade de sujeitos e cursos advindos do contexto de atuação multinível.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A história da educacional profissional no Brasil sempre foi marcada por paradoxos e contradições. As controvérsias nascem com criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Estas escolas tinham a missão do ensino prático aos sujeitos desfavorecidos, de modo a capacitá-los para “[...] adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”, conforme disposto no Decreto n. 7.566/1909. Entre as condições para participação nos cursos estavam “não sofrer de moléstia infectocontagiosa” e nem ter “defeitos” (BRASIL, 1909). Conforme dizem Medeiros Neta, Nascimento e Rodrigues (2012), as Escolas de Aprendizes Artífices se diferenciavam das escolas normais por proporcionar uma formação socioeducativa de assistência ao menor “desvalido” ou “transviado”, mediante a aprendizagem de um ofício para preparação para o trabalho. Compartilhando dessa opinião, Queiroz *et al.* (2007) dizem que a educação profissional à época tinha como alvo os filhos das camadas desfavorecidas da população, ou seja, uma educação para os “filhos dos outros”.

Conforme Kasper (2016), à época o processo de industrialização mesmo que lento e pouco expressivo favoreceu a constituição do capitalismo industrial e o crescimento da população urbana. A demanda por trabalhadores repercutiu no campo da formação para o trabalho e contribuiu para o surgimento dessas escolas profissionais. Nesse contexto, a educação profissional pública, instrumento de acesso dos desfavorecidos a uma formação profissional, regrediu às práticas coloniais, época onde imperava a divisão entre o trabalho manual e o intelectual. Ou seja, reforçava-se a divisão social entre ricos e pobres quando da oferta de uma educação para as elites e outra para os trabalhadores.

Com a edição do Decreto nº 19402/1930, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser denominadas de Liceus Industriais e o ensino técnico concebido como um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico e como fator de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. No entanto, representou um passo na direção dos interesses da expansão industrial e continuava como antes, sem equivalência com os diplomas da formação geral. A respeito dessa dualidade, Reis (2002) diz que dentro de uma perspectiva histórica em face das reformas no ensino médio, onde se separou a formação geral da formação técnica, assim como a visão de uma educação distinta para as elites e outra para as classes sociais subalternas, ficou evidente o caráter excludente no processo de ensino. Nesse sentido, a educação pública não ocupava lugar central nas políticas educacionais.

Em 1942, Gustavo Capanema promoveu outra grande reforma no sistema educacional brasileiro com a promulgação da Lei 4024/61, a chamada “reforma Capanema”, onde foram definidas as bases e diretrizes da educação nacional, bem como criados os cursos técnicos de grau médio (industrial, agrícola e comercial) e a equiparação do ensino profissional técnico ao nível médio. Nessa ocasião, os Liceus Industriais passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (EITs).

Apesar da equivalência entre a formação técnica e o ensino médio e o direito dos alunos oriundos dos cursos técnicos industriais ingressarem no ensino superior, Queiroz *et al.* (2007) afirmam que esta equivalência gerou efeitos não esperados, pois, surgiram muitas escolas particulares de baixa qualidade que não ofereciam de fato educação profissional e, tampouco, preparavam os alunos para o ingresso no ensino superior. Vale ressaltar que é a partir desse período que surgem as primeiras entidades especializadas na aprendizagem profissional do chamado “sistema S”. Acerca do sistema S, Frigotto (2007) diz que a pedagogia deste sistema, em especial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), veio na perspectiva do capital, sob a égide do economicismo e do pragmatismo com base na lógica do mercado.

No ano de 1959 as EITs foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e estas novas escolas ganharam autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Nesse processo, o ensino profissional e técnico teve condições diferenciadas de funcionamento e qualidade, possibilitando a consolidação do sistema federal de escolas técnicas e agrotécnicas, referência no cenário brasileiro (QUEIROZ *et al.*, 2007).

Com a aceleração do crescimento econômico na década de 1970, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional e, conseqüentemente, o aumento no número de cursos e matrículas. Em 1978, com a promulgação da Lei nº 6.545 surgiu os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFETs), em Minas

Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Os CEFETs, com as mudanças ocorridas no sistema educacional, passaram a ter mais uma atribuição além do ensino técnico e profissional, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que, bem mais tarde, estende-se às outras instituições.

Segundo Martini, Ventura e Pereira (2005), além do ensino técnico profissional, essas instituições assumem também o compromisso com a formação de professores para as disciplinas de formação geral e especializadas e sobre esse fato, Costa (2016) diz que a obrigatoriedade em formar professores revelou um descaso com as universidades, instituições por tradição responsáveis pela formação de professores. A história das escolas profissionais revela a trajetória de incorporação de professores com larga experiência laboral em empresas e indústrias, mas sem nenhuma formação pedagógica. Nesse sentido, questiona-se a formação de professores por profissionais docentes sem nenhum saber didático-pedagógico.

Destaca-se que nesse período, o Estado em nome do crescimento econômico, subordina a educação ao mercado e transfere aos educandos a responsabilidade em adquirir competências para a sua empregabilidade. O próprio professor reforça esse estado de subordinação, já que muitos são recrutados do mercado de trabalho e não possibilitam uma aprendizagem baseada na reflexão crítica. Nesse aspecto, a formação do trabalhador está inserida num contexto de contradição, visto que não é garantia de emprego ao trabalhador mais bem qualificado e com alto nível de escolaridade (COSTA, 2016).

É a partir de 2003 que o cenário de esquecimento e desvalorização da educação profissional começa a modificar, visto os novos rumos nas políticas educacionais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A criação dos IFs (Lei nº 11.892/2008) concretizou o cenário de transformação e expansão da educação profissional, onde entre 2003 e 2016 foram construídas mais de 500 novas escolas, totalizando 644 *campi* em funcionamento no Brasil.

Essas instituições surgem sem um debate prévio com as escolas existentes, portanto, um ato político e não fruto de uma discussão conjunta com a sociedade. Neste sentido, Costa (2016, p. 130) ressalta que “[...] além dos institutos não serem produtos de uma construção histórica, portanto inócuos de sentido, também não foram produto de uma construção coletiva, pois a participação dos grupos sociais da rede federal de ensino não foi requerida nesse processo”

Apesar dos dilemas, os IFs possibilitaram a universalização das oportunidades de educação e formação às microrregiões, contribuindo para reduzir disparidades regionais em relação à educação profissional. Diante do exposto, o que está posto para os IFs é o desafio da formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor da construção de um novo mundo. Nesse cenário a biblioteca também é

demandada a participar desse processo educativo mediante o trabalho de aproximação dos sujeitos às fontes informacionais necessárias ao seu progresso.

3 PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS BIBLIOTECAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como porta de entrada para o conhecimento, a biblioteca deve, mediante articulação com os objetivos e metas instituídas pelos IFs, proporcionar as condições básicas para a aprendizagem permanente. Bernardino e Suaiden (2011, p. 33) trazem algumas questões à reflexão para que a biblioteca seja efetiva na formação dos usuários dos seus serviços:

Em primeiro lugar, é preciso deixar de ter funções colocadas sabiamente em retórica poética, mas assumir sua função transformadora da sociedade e caminhar junto com sua clientela, de forma a construir o conhecimento. É preciso pensar no usuário. É preciso, sobretudo, pensar na responsabilidade social da biblioteca [...], seja ela de que tipo for [...] e em sua função intermediadora entre o leitor e a informação, e consequentemente, o conhecimento.

A ampliação da oferta de matrículas para as regiões interioranas brasileiras como consequência da criação dos IFs coloca em destaque a diversidade sociocultural dos sujeitos. Portanto, há a necessidade de que a biblioteca integre o planejamento curricular e pedagógico e que estabeleça um diálogo com a comunidade, visando a promoção da cultura, dos saberes e o enriquecimento do conhecimento.

Na perspectiva da multidimensionalidade no âmbito da prática pedagógica, a competência técnica, política e humana são essenciais e recíprocas, mas precisam ser trabalhadas, pois, não acontecem de maneira automática e espontânea. Conforme Zabala (1998), o objetivo de qualquer profissional é ser competente em seu ofício. A melhora profissional se alcança com conhecimento e experiência, bem como com o conhecimento das variáveis que interferem na prática e na experiência para contorná-las.

No contexto do exercício da prática educativa alguns saberes são mobilizados e articulados para mediar a aprendizagem: o saber da experiência, o saber do conhecimento/científico e o saber pedagógico (PIMENTA, 2009). Candau (2009) parte da visão de que esses saberes são plurais, pois, são constituídos dos saberes das disciplinas, curriculares, profissionais e da experiência. Gauthier³ (1998 *apud* MACIEL *et al.*, 2010) ao se referir à prática docente fala em mobilização dos saberes disciplinares (conteúdo), curriculares (programas de ensino), das ciências da educação (aquisição de conhecimentos na formação ou no trabalho), da tradição pedagógica (saber das aulas), das experiências (hábitos

³ GAUTHIER, C. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: Unijuí, 1998.

particulares e experiência de vida) e da ação pedagógica (saber experiencial através das pesquisas). Maciel *et al.* (2010, p. 51) dizem que “[...] faz-se necessário esclarecer que os saberes necessários são os que constroem a crítica, desenvolvem a criatividade e promovem o desenvolvimento humano e social, através da participação ativa dos sujeitos na sociedade”.

Na perspectiva crítica dos saberes, Freire (1996) diz que se devem valorizar também os saberes dos discentes, pois, no ensino o conhecimento é construído de modo compartilhado, uma atividade essencialmente humana. No curso da ação educativa, aquela intencional, é preciso reconhecer que ensinar exige ação metódica, pesquisa, reflexão e criticidade, ética, respeito às individualidades, repúdio à discriminação e valorização da identidade cultural dos sujeitos. Acerca do aspecto humano da prática educativa, exige-se consciência das ideologias que cercam o processo de ensino e, nesse caso, deve-se agir com profissionalismo e comprometimento com a aprendizagem, o que torna o diálogo fundamental.

Frente às situações educacionais é importante evidenciar que na ação educativa não basta apenas conhecer o conteúdo, ter experiência, talento, bom senso, intuição etc. É preciso, pois, apropriar e articular esses saberes como resposta às demandas concretas do ensino.

Acerca do papel do bibliotecário nesse contexto, Campello (2009) chama nossa atenção para o fato da função educativa deste profissional não se concretizar na prática, pois, carece-se de uma melhor definição do seu papel no dia a dia escolar. O discurso vago entre o idealismo e a denúncia revela um descompasso em relação ao papel da biblioteca, pois, oscila-se entre uma visão da mesma como solução para os problemas de aprendizagem em geral, e da leitura em particular, e a falta de recursos e serviços informacionais aos seus usuários, bem como a carência de capacitação dos sujeitos para a apropriação e uso da informação.

Vislumbra-se a necessidade de reflexão pelo bibliotecário sobre suas práticas juntos aos usuários e diante da escola, visto as implicações que as tecnologias impõem às instituições, inclusive à biblioteca. O grande desafio é fazer do trabalho bibliotecário ainda mais importante, o que significa equalizar a tradição e a inovação, explorando novas ideias e descartando práticas demasiado inconsistentes.

A Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) recomenda que a biblioteca deva desenvolver uma ampla variedade de atividades, objetivando o atendimento aos usuários potenciais da comunidade escolar e as necessidades específicas dos grupos-alvo (IFLA, 2005, p. 16). Diante do exposto, as práticas educativas exercidas pelo bibliotecário constituem-se em atividades desenvolvidas por este profissional junto aos alunos

ou as ações de planejamento pedagógico, representando uma das facetas do que tem sido chamado de “papel educativo do bibliotecário” (CAMPELLO, 2009, p. 16).

As mudanças ocorridas no seio social e na educação revelaram um novo direcionamento no papel educativo do bibliotecário, destacando-se a educação de usuários e o auxílio à pesquisa. De acordo com a IFLA (2005), entre as principais atividades da prática educativa do bibliotecário e que contribuem com as atividades dos usuários da biblioteca, citam-se: a apresentação da biblioteca, o serviço de referência, a educação de usuários, os programas de competência em informação, os projetos de leitura e escrita, etc. As ações de cunho cultural também podem ser realizadas, a exemplo das feiras de livros, campanhas de leitura, debates de temas específicos, “hora do conto”, clubes de leitura, teatro etc.

Para que essas práticas educativas aconteçam efetivamente, é fundamental o apoio da administração escolar. É extremamente importante para o bibliotecário ser aceito como um membro e poder participar dos processos da escola (IFLA, 2005). Nesse aspecto, sua prática educativa ganha sentido e efetividade quando está envolvido no planejamento e implementação dos programas escolares, em cooperação com a direção, com a equipe pedagógica e, principalmente, com os professores.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho é de cunho qualitativo e tem como espaço de abordagem os sistemas de bibliotecas instituídos formalmente no âmbito dos IFs. O foco de análise está nas práticas educativas dos bibliotecários, visto sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem.

De forma a compreender a ação e as práticas do bibliotecário no processo de aprendizagem, o percurso metodológico desse trabalho compreende dois momentos: a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. No âmbito da pesquisa documental, foram verificados os *sites* dos IFs, objetivando averiguar a institucionalização dos sistemas de bibliotecas e de posse desses dados, objetivou-se também identificar, a partir das normativas, as atividades desenvolvidas para os usuários que evidenciam as práticas educativas dos bibliotecários.

De acordo com Flick (2009) os documentos representam uma versão específica de realidades construídas com objetivos específicos ou práticos. Assim, ao se utilizar documentos na pesquisa, deve-se sempre os ver como instrumentos de comunicação, sabendo que os mesmos são limitados a experiências e processos e que, portanto, devem ser utilizados como estratégia complementar para outros métodos.

No âmbito da pesquisa bibliográfica, esta compreendeu duas etapas: a primeira parte contou com a seleção de textos acerca do contexto de criação dos IFs, bem como sobre a prática educativa do bibliotecário, objetivando a sustentação teórica do trabalho. Na segunda parte, fez-se uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com a finalidade de identificar as pesquisas que tinham como lócus os IFs, no intervalo entre 2009 e 2017 cujo objetivo foi identificar trabalhos relacionados às práticas educativas dos bibliotecários no âmbito dos IFs, de modo a permitir um embasamento teórico-prático à temática proposta. Na estratégia de busca foram utilizados os descritores “institutos federais de educação”, “bibliotecários”, “bibliotecas” e “práticas educativas”.

O levantamento bibliográfico constitui-se numa fase importante, pois conforme Gil (2010), sua importância vai além do entendimento da temática em estudo, já que se desenvolve ao longo de todo o trabalho, compreendendo tanto a definição da natureza do problema proposto, bem como o conhecimento prévio sobre o assunto e a precisão que se confere à pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na pesquisa documental foi possível averiguar que no âmbito dos 38 IFs as bibliotecas estão estruturadas sob a forma de redes, sistemas e mesmo “isoladas”. No caso das bibliotecas que trabalham de maneira isolada, ou seja, sem uma organização/estruturação definida, situação de 20 IFs, muitas não apresentam informações básicas como os serviços oferecidos, as normas de uso do acervo e do espaço físico, o sistema de gestão do acervo informacional, seus profissionais (bibliotecários, auxiliares, etc.), formas de contato e nem mesmo possuem uma aba no sítio eletrônico da instituição a qual pertencem.

Quando muito se fala em cooperação e integração, o trabalho isolado da biblioteca não contribui para o processo de ensino escolar. Evidencia-se, portanto, a necessidade de que os bibliotecários atuantes nesses IFs se organizem e trabalhem no sentido de promoção das bibliotecas, objetivando proporcionar mais visibilidade as mesmas, de modo a evidenciar a sua importância para o processo de ensino-aprendizagem dentro da Instituição.

Sobre a organização das bibliotecas, Cunha (1977) diz que não há um modelo sistêmico único aplicável as mesmas, visto as particularidades do ambiente e as especificidades do modelo *multicampi* dos IFs. Na realidade não há como fugir de certas medidas de ordem prática, muitas de longo prazo. Alguns requisitos básicos são: a) formulação de uma política da informação; b) fixação de normas aplicáveis à organização da

documentação; c) facilidades de telecomunicação; d) recursos humanos adequados. Sem esses requisitos as condições de êxito no planejamento e execução dos serviços são dificultadas.

No âmbito das bibliotecas que possuem uma organização, portanto, trabalham de modo integrado e cooperativo, foi possível apurar a existência de quatro (4) redes e dez (14) sistemas de bibliotecas, percentual baixo considerando os 10 anos de criação dos IFs. Atuando em sistemas ou redes, as bibliotecas “renunciam” à ideia de autossuficiência e independência, possibilitando a cooperação e a unificação de esforços isolados das diferentes bibliotecas e nesse aspecto, Cunha (1977) diz que a ideia de sistemas aplicáveis à Biblioteconomia e Documentação se cristaliza como instrumento de trabalho de grande potencial porque mobiliza todos os recursos das bibliotecas e centros de informação. Assim, o objetivo do sistema é coordenar tecnicamente as bibliotecas, com a finalidade de normalizar os processos técnicos de formação, organização e utilização do patrimônio bibliográfico sendo, nesse sentido, necessário (re)pensar a concepção das bibliotecas para atendimento aos objetivos e finalidades do contexto ao qual estão inseridas, ou seja, contribuir com os objetivos da escola enquanto empenhada no processo educativo dos sujeitos para participação social (LIMA, 1977).

No entanto, mesmo essas bibliotecas apresentam falhas, pontos esses que precisam ser melhorados. Como por exemplo a gestão dos conteúdos informacionais específicos de cada biblioteca. É necessário que estas mantenham certo padrão no que se refere à disponibilização das informações básicas acerca de produtos e serviços, possibilitando que a acessibilidade informacional seja uma das premissas de trabalho dessas instituições. Camurça, Araújo e Morais (2013) reforçam que o sistema de bibliotecas “objetiva o funcionamento sistêmico e padronizado dos serviços e procedimentos das bibliotecas, a fim de promover o acesso, a disseminação e o uso da informação dentro de uma gestão da informação focada na qualidade”.

É preciso que os sistemas de bibliotecas procurem sua identidade em meio às transformações e demandas ambientais onde estão inseridos os IFs. Nesse sentido, o desafio é construir um sistema integrado de bibliotecas com base na nova identidade proporcionada pelos IFs, uma biblioteca que não é exclusivamente escolar, especializada, universitária ou pública.

Sobre as práticas educativas dos bibliotecários, as atividades e ações desenvolvidas por estes profissionais com foco na aprendizagem dos usuários no âmbito dos sistemas e redes de bibliotecas dos IFs, estas representam ações corriqueiras do dia a dia destas unidades informacionais. Como exemplos citam-se a orientação do usuário na utilização das fontes e recursos informacionais disponibilizados; treinamentos para pesquisas em bases de dados,

portais com conteúdos científicos (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES) e bibliotecas virtuais; aulas acerca da apresentação de trabalhos acadêmicos e normalização bibliográfica (regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT); apresentação da biblioteca (visita guiada com apresentação do espaço físico, normas de uso, recursos informacionais etc.).

É perceptível que as atividades como leitura e escrita, programas para a competência em informação e atividades culturais diversas não figuram entre as práticas dos bibliotecários descritas nos sistemas de bibliotecas dos IFs.

Destaca-se a necessidade do bibliotecário de se reinventar e ressignificar suas práticas frente às demandas e tendências atuais. Num contexto marcado por transformações e caracterizado pela diversidade (pessoas e cursos), é necessário que velhas práticas sejam incrementadas por novas tendências, valorizando aspectos históricos, sociais e culturais que fazem parte da história de vida dos sujeitos em sociedade. Esse é o desafio que se impõe às bibliotecas e aos bibliotecários inseridos na educação profissional, ambiente esse direcionado à formação da força de trabalho que alimenta o sistema produtivo capitalista neoliberal.

Contextualizando as práticas do bibliotecário no campo da pesquisa científica, a busca na BDTD do IBICT reportou um número significativo de pesquisas com foco nos IFs, mas que ainda são incipientes se comparadas a outras instituições de educação profissional como os CEFETs. Essa situação é compreensível considerando que os IFs possuem apenas dez anos de existência e estão em fase de “descoberta” pelos pesquisadores.

Dentre os resultados de pesquisas disponibilizadas na BDTD, a maioria foca a formação de professores, temática recorrente no âmbito das investigações nos programas de pós-graduação em Educação, aspecto não diferente no campo da educação profissional. Considerando-se esse quadro, é possível dizer que as pesquisas ligadas às bibliotecas e aos bibliotecários dos IFs ainda são incipientes, o que evidencia a necessidade dos pesquisadores, em especial dos bibliotecários, voltarem os seus olhares para esse campo de investigação.

Para essa parte do trabalho, foram selecionadas na BDTD quatro pesquisas que apresentam discussões que podem contribuir com a análise aqui proposta: Santos (2017), Kautzmann (2016), Almeida (2015) e Santos (2012).

Devido ao pouco tempo de existência dos IFs e a sua característica *multicampi* e pluricurricular, Santos (2012) destaca a necessidade de estudos para caracterização, definição e projeção futura das bibliotecas destas instituições, assim como para seus bibliotecários, de modo a possibilitar contribuições científicas, teóricas e práticas.

Não está claro como as bibliotecas atuam efetivamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que inexistente um direcionamento para a estruturação e gestão das

mesmas, assim como não há políticas institucionais com a definição dos seus papéis no âmbito interno dos IFs. Essa evidência coloca as bibliotecas num cenário de fragilidades e incertezas, comprometendo o seu desenvolvimento e a democratização do acesso à informação.

Ambos os autores, Santos (2017), Kautzmann (2016), Almeida (2015) e Santos (2012), concordam com a essencialidade das bibliotecas para o processo de ensino-aprendizagem, entretanto, percebem a necessidade de uma definição tipológica das bibliotecas dos IFs, fato esse que impacta na busca da sua identidade, considerando-se suas funções e finalidades no âmbito escolar (ALMEIDA, 2015).

Acerca do exposto, é importante também mencionar que há um consenso em qual modalidade educacional as bibliotecas devem ser pensadas/analizadas/avaliadas, pois historicamente as instituições do ensino profissional atuam no ensino médio e técnico, portanto, são reconhecidas como **escolares**. Também, são consideradas **universitárias** devido a atuação institucional no ensino superior, em virtude das novas atribuições advindas com as reformas educacionais, principalmente, a partir da implantação dos CEFETs. Há também aqueles que as consideram como **especializadas**, já que o desenvolvimento do acervo está centrado nos cursos técnicos. Ou mesmo **comunitárias**, devido ao fato de algumas ações das bibliotecas serem desenvolvidas junto à comunidade de inserção dos IFs. Diante dessa amplitude tipológica, há também quem as aborde como **mistas** ou **híbridas**.

Devido às indefinições tipológicas, Santos (2012) diz que as bibliotecas devem ser abordadas à luz de conceitos referentes à biblioteca escolar, universitária, especializada e comunitária, já Santos (2017) destaca que as mesmas devem ser estudadas à luz da interdisciplinaridade e das políticas voltadas para o ensino. Kautzmann (2016) diz que as bibliotecas precisam ser pensadas e estruturadas de forma a atender aos preceitos e objetivos das instituições onde se inserem. Nesse contexto, é preciso que as bibliotecas encontrem sua identidade, primando-se pelo acesso à informação. Assim, reivindica-se também a criação de uma comissão para discutir as bibliotecas e viabilizar a formulação de diretrizes e políticas comuns para promoção da cooperação e integração.

Em relação à aprendizagem, a visão de que a biblioteca é um órgão de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão é comungada pelos IFs, embora na prática essa visão não se traduza em ações concretas que denotam a prática educativa do bibliotecário. Nos documentos institucionais a biblioteca figura apenas como infraestrutura física obrigatória, sem nenhuma associação clara com a sua função de apoio pedagógico. No entanto, quando possibilitado pela gestão escolar, a biblioteca escolar pode ir muito além desses serviços e da promoção da leitura, pois sua atuação influencia e é influenciada pelo

conteúdo dos processos socioculturais dos quais participa (SANTOS, 2017). Almeida (2015) destaca a necessidade das bibliotecas saírem do campo de repositórios (depósitos) no sentido das organizações provocadoras de mudanças, portanto, caminhar na direção da educação de usuários, o que requer a diversificação dos seus serviços.

Os dilemas históricos das bibliotecas somados ao fator *multicampi* dos IFs são desafiadores aos gestores das bibliotecas, o que demanda aos bibliotecários repensarem suas ações e práticas. (ALMEIDA, 2015). Nesse sentido, Santos (2012) destaca a necessidade de reflexão por parte destes profissionais em relação ao momento atual e em relação ao planejamento das suas ações educativas, de forma a trabalhar no sentido do atendimento das demandas do usuário e da instituição.

Essa reflexão e planejamento se destacam, visto a realidade dicotômica dos sujeitos na atualidade, que são antenados com as novidades das tecnologias de informação e comunicação (TICs), mas despreparados cognitivamente para a formulação das estratégias de busca e seleção de informações realmente significativas para a aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se nesse trabalho uma reflexão acerca das práticas educativas do bibliotecário nos sistemas de bibliotecas no âmbito dos IFs. Nesse sentido, fez-se um levantamento na BDTD do IBICT sobre as pesquisas que pudessem contribuir com a abordagem proposta nesse texto, bem como verificou-se as atividades e ações desenvolvidas nos sistemas de bibliotecas que proporcionam as práticas educativas dos bibliotecários junto aos usuários.

A análise dos dados evidenciou que as práticas educativas são compostas por atividades já consagradas no âmbito das bibliotecas, porém não se sabe como são desenvolvidas e sua efetividade no processo de aprendizagem. À luz das teorias que embasam a temática proposta, evidencia-se a necessidade do bibliotecário refletir acerca de suas práticas e do contexto de inserção das suas ações, bem como a atenção às demandas atuais, visto que o desenvolvimento das TICs e a avalanche de informações por elas veiculadas.

A atuação no ambiente escolar inclui enfrentar alguns desafios quando se visa a prática educativa na biblioteca. Portanto, pode-se evidenciar como um primeiro desafio o fato de o bibliotecário precisar se reconhecer como educador incorporando essa dimensão, ponto fundamental para o desenvolvimento da ação educativa, bem como buscar por formação para uma atuação mais segura e mais assertiva, o que também contribui para sua aprendizagem continuada.

Outro fator importante é a compreensão dos objetivos e finalidades da escola, bem como o trabalho aproximado com o corpo diretivo escolar, principalmente, com o professor, pois o trabalho isolado dos processos de ensino afasta a biblioteca das expectativas dos docentes e dos discentes.

É preciso que os objetivos da escola e da biblioteca estejam alinhados na consecução da aprendizagem dos alunos. Acrescente-se, ainda, a emergência da colaboração entre bibliotecários para o fortalecimento dos sistemas e redes de bibliotecas uma vez que a formulação de políticas para o regime de informação, o planejamento de programas comuns para as bibliotecas propicia a interlocução entre as mesmas e com a comunidade escolar.

EDUCATIONAL PRACTICES OF THE LIBRARIANS: AN APPROACH TO THE LIBRARY SYSTEMS OF THE FEDERAL INSTITUTES

ABSTRACT

This article discusses the educational practices of the librarian within the libraries of the Federal Institutes that contribute to the school teaching-learning process. In order to identify the educational activities developed to orient the users, a search was made in the Digital Library of Theses and Dissertations of the Brazilian Institute in order to identify the research developed within the framework of the Federal Institutes that deal with the theme, in the period between 2009 and 2017. The data obtained show that the educational practices are composed of activities already established in the scope of the libraries, but does not know how they are developed and their effectiveness in the learning process. Regarding the researches, it is possible to say that they are still incipient in the context of the Federal Institutes, which requires a sensitization of researchers to this field of investigation, mainly, librarians.

Keywords: Library. Librarian. Educational practices. Federal Institutes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. L. S. de. **A biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da**

União, Rio de Janeiro, Seção 1, p. 20883, 1930. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, Seção 1, p. 6975, 1909. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 11429. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm>. Acesso em: 13 ago. 2016.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/tese%20campello%202009.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

CAMURÇA, T. A.; ARAÚJO, I. F.; MORAIS, S. M. P. de. A construção de um sistema integrado de bibliotecas no Instituto Federal do Ceará: motivação, dificuldade e expectativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1464/1465>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

CANDAU, V. M. Da didática fundamental ao fundamental da didática. In: ANDRE, Marli Elisa Dalmazo Afonso de; OLIVEIRA, M. R. N. S. **Alternativas no ensino de didática**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2009. p.71-95.

COSTA, M. A. da. **Políticas de formação docente para a educação profissional**: realidade ou utopia? Curitiba: Appris, 2016.

CUNHA, L. G. C. Sistemas e redes de informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 35-43, 1977. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/90/90>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES – IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KASPER, P. P. **Formação de professores: um olhar sobre a educação profissional**. Curitiba: Appris, 2016.

KAUTZMANN, C. **Bibliotecário escolar: uma análise das competências dos bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia das regiões Nordeste e Sul do Brasil**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

LIMA, E. A biblioteca no ensino superior. **Revista de biblioteconomia**, Brasília, v. 5, n. 2, jul./dez. 1977. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002045/cc0de2bcbb1c111742352e0521e3d7c0>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

MACIEL, M. de F. *et al.* Apontamentos sobre o trabalho da docência. In: SILVA, J. O. da; NEVES, I. C. (Org.). **Da formação do professor às práticas pedagógicas**. Curitiba: CRV, 2010. p. 43- 67.

MARTINI, M. M. J., VENTURA, P. C. S., PEREIRA, B. M. A História da Educação Tecnológica em Belo Horizonte no Contexto da Criação da Capital Mineira. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 3., 2005, São João Del Rei. **Anais...** São João Del Rei, 2005. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/3cpehemg/congresso/tema7.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

MEDEIROS NETA, O. M.; NASCIMENTO, J. M.; RODRIGUES, A. G. F. Uma escola para aprendizes artífices e o ensino profissional primário gratuito. **Holos**, Ano 28, v. 2, 2012.

Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/919/534>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

PIMENTA, S. G. A didática como mediação na construção da identidade do professor: uma experiência de ensino e pesquisa na licenciatura. In: ANDRE, M. E. D. A. de; OLIVEIRA, M. R. N. S. **Alternativas no ensino de didática**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2009. p. 37-69.

QUEIROZ, A. A. *et al.* (Org.). **Capacitação tecnológica da população**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. (Cadernos de altos estudos; 4).

REIS, A. S. dos. **Educação a distância no Brasil**: uma leitura sob a ótica da razão jurídica. 2002. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2002.

SANTOS, C. A. da S. **As unidades de informação dos Institutos Federais no apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia**: um estudo de percepção sociocognitiva com o uso do protocolo verbal em grupo. 2012. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2012.

SANTOS, M. A. B. **Regulamentação e concepção das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: em busca de sua identidade. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2017.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DADOS DO AUTOR

César dos Santos Moreira

E-mail: cesar.moreira@ifmg.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0409358273430435>

Mestre em Ciência da Informação na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (2018). Especialista em Educação a Distância pelo SENAC Minas (2007) e em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Ouro Preto (2014). Atualmente é bibliotecário no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - *Campus Sabará*.

Alcenir Soares dos Reis

E-mail: alcenir@eci.ufmg.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9782284339269646>

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1990). Atualmente é professora Associada da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).